

Inspeção escolar e as estratégias de demarcação de espaço de poder e autonomia profissional (1912-1914)

Geisa Magela Veloso*

Resumo:

O artigo analisa operações de resistência à inspeção escolar, focalizando estratégias e táticas de uma professora primária e de um diretor de grupo escolar, que constroem suas identidades e lutam por espaço profissional, nas primeiras décadas do século XX, em Montes Claros, Minas Gerais. A pesquisa situa-se no campo da história cultural, na vertente proposta por Chartier (1990) e utiliza correspondências oficiais, relatórios de inspeção, a *Revista do Ensino* e o jornal *Gazeta do Norte* como fontes documentais. Considera-se, com Certeau (1998), que as estratégias têm como referência um lugar e um espaço de poder próprios; enquanto a tática é um cálculo que joga no lugar de poder do outro e, nos casos estudados, ambas possibilitam identificar representações da boa professora e do bom ensino.

Palavras-chave:

história da educação; inspeção escolar; práticas escolares; grupos escolares; escola primária.

* Doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professora da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES).

School inspection and strategies to set the limits of power space and professional autonomy (1912-1914)

Geisa Magela Veloso

Abstract:

This article analyses resistance operations against school inspection, focusing on strategies and tactics an elementary teacher and a school headmaster use and who build their identities and fight for professional space in the first decades of the 20th century, in Montes Claros, in the State of Minas Gerais. The search occupies the Cultural History in the trend proposed by Chartier (1990) and exploits official correspondence, inspection reports, the magazine *Revista do Ensino* and the newspaper *Gazeta do Norte* as document sources. It is considered by Certeau (1998) that strategies have as reference a place and a space of their own power; while the tactic is a calculation which plays the others' power and in the studied cases, the identification of the good teacher representation and the good teacher is enabled.

Keywords:

education history; school inspection; school practices; Schools; elementary school.

Apresentação

O artigo tem por objetivo analisar operações de resistência produzidas no interior das escolas primárias, focalizando estratégias e táticas por meio das quais uma professora e um diretor de grupo escolar constroem suas identidades e lutam por seu espaço profissional. A discussão organiza-se em torno de dois episódios relativos à inspeção escolar ocorridos em Montes Claros, Minas Gerais, que têm a indisciplina, a competência docente e os critérios para exame final e aprovação de alunos como eixos de conflito. O primeiro episódio diz respeito a uma visita de inspeção à escola isolada do sexo masculino do bairro Malhada, realizada em 1913, pelo inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa, cujo termo de visita é contestado pela professora Christina Vitalina dos Santos. O segundo, ocorrido em 1912, refere-se ao processo de fiscalização de exames finais no Grupo Escolar Gonçalves Chaves, em que o inspetor técnico regional Polydoro dos Reis Figueiredo se indis põe com Carlos Catão Prates, diretor do grupo, em função de critérios utilizados para atribuição de notas e aprovação dos alunos. Nos dois casos, o serviço de inspeção é questionado, pois tanto a professora da escola isolada como o diretor do grupo se utilizam de todos os recursos disponíveis para demonstrar o valor de seu trabalho e demarcar sua posição.

Apesar de singulares e localizados em Montes Claros, Minas Gerais, esses episódios revelam faces do processo de escolarização, de modernização dos processos educativos e de constituição de um novo modo de organização escolar, permitindo ver representações do bom ensino e da boa professora. Os episódios também permitem compreender facetas das relações travadas por professoras, diretores e inspetores escolares, como também o jogo de poder nelas inscritas. A análise dos fatos revela que, no cumprimento da legislação e das atribuições do seu cargo, os inspetores escolares produziram e tentaram impor práticas e representações, sendo este um processo que gerou resistência por parte dos sujeitos submetidos à fiscalização.

Pelo interesse em mapear e analisar crenças, concepções, expectativas, opiniões, experiências e práticas das pessoas comuns, a pesquisa

inscreve-se no âmbito da história cultural. Esse é um campo de trabalho que ganhou visibilidade a partir das últimas décadas do século XX e tem sido utilizado para fazer referência a estudos que produziram deslocamento da história social da cultura para a história cultural da sociedade. Dentre as distintas maneiras de estudar a cultura, optamos pela vertente proposta por Chartier (1990), ao preconizar que a história cultural tem por objetivo identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Utilizando os conceitos de apropriação, representação e prática como referência metodológica, acessamos os fatos do passado, não pela crença em acontecimentos verdadeiros, mas pela possibilidade de captar representações do mundo social.

A opção por analisar ocorrências passadas e inscritas na dimensão local fundamenta-se em Chartier (1990), que entende as representações como classificações e exclusões, que se constituem em configurações sociais e conceptuais próprias de um determinado tempo e espaço. Por isso, ao conferir visibilidade para eventos que tiveram curso em Montes Claros, queremos contribuir com a construção de uma compreensão mais refinada das particularidades locais e regionais, evitando generalizações que atribuem a todo país ocorrências que, muitas vezes, se relacionam especificamente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, ou mesmo à capital mineira.

Nas primeiras décadas do século XX, Montes Claros era uma típica cidade de interior. Com população de 4.193 habitantes em 1913, a energia elétrica somente foi instalada em 1917 e o abastecimento de água canalizada, no ano de 1938. Afastada da capital mineira por 420 Km de estradas praticamente inexistentes, o meio de transporte mais comum era de tração animal. O primeiro caminhão chegou à cidade em 1920 e a estrada de ferro, em 1926. Os jornais não tinham vida longa, abriam e fechavam com frequência. A primeira rádio comercial foi instalada em 1944, a ZYD-7/Rádio Sociedade Norte de Minas, 22 anos após a primeira emissão radiofônica brasileira, que ocorreu no Rio de Janeiro, nas comemorações do Centenário da Independência do Brasil (Paula, 1957).

Apesar da distância e das dificuldades de transporte e comunicação, que separavam Montes Claros da capital mineira e de outros centros urbanos, a cidade não se isolou dos movimentos de mudança e modernização que ocorriam em Minas e no país. Atribuímos esse não isolamento ao esforço e trabalho de homens e mulheres que se formavam nos grandes centros e retornavam à cidade para exercerem suas atividades profissionais, empenhando-se por seu desenvolvimento social, cultural e econômico. Mesmo com uma produção cultural limitada pelas condições sócio-históricas, esses sujeitos letrados trabalharam por um projeto de desenvolvimento, civilização e modernização da cidade, compreendendo a instrução e a educação como elementos constitutivos de suas ações (Veloso, 2008).

Para acessar a realidade passada e apreender práticas e representações produzidas no âmbito das escolas primárias, utilizamos documentos oficiais preservados pelo Arquivo Público Mineiro (APM): dois relatórios de inspeção e oito correspondências emitidas pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, por uma escola isolada e pelo grupo escolar da cidade, entre os anos de 1912 e 1914. Visando a ampliação da análise, a reconstituição da memória foi complementada por duas outras fontes: a *Revista do Ensino* e o jornal *Gazeta do Norte* – o primeiro, um periódico oficial do governo mineiro publicado a partir de 1925 com a finalidade de divulgar ideais e práticas renovadoras; o segundo, um semanário local publicado entre os anos de 1918 e 1963, que fez circular concepções modernizantes em relação à cidade de Montes Claros.

Para definição das fontes, lidamos com a dispersão e fragmentação dos documentos, que Le Goff (1984) considera ser um problema comum aos historiadores. Essa seria a razão pela qual a história não é reconstituída em sua totalidade, pois as seleções e recortes efetuados pelos historiadores encontram os limites interpostos pelas seleções e recortes daqueles que nos legaram os vestígios do passado. Para o autor, o que sobrevive do passado não é o conjunto do que existiu, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos historiadores – pessoas dedicadas à ciência do passado e do tempo que passa.

Por essa condição de pesquisa, vimo-nos diante de importante lacuna de informação, pois, dentre os documentos preservados no APM, não localizamos o termo de visita lavrado pelo inspetor Herculino Pereira de Sousa em 12 de abril de 1913, ao qual se opõe a professora Christina Vitalina dos Santos. No entanto, foi possível considerar os posicionamentos do inspetor e lhe dar voz pela utilização de seu relatório anual de inspeção, datado de janeiro de 1914, em que ele avalia o trabalho da professora e o funcionamento da escola isolada. Assim, o relato e os argumentos da professora não foram tomados como a verdade e a razão sobre o caso, mas compreendidos como apropriações de conteúdos em circulação e representações sobre suas práticas, que foram confrontadas com representações e práticas do inspetor em questão.

No tratamento das fontes consideramos, com Le Goff (1984), que esses documentos não são um material bruto, objetivo e inocente, mas exprimem o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro. Com Chartier (1990), entendemos que esses documentos não se constituem na realidade histórica, mas são portadores de representações produzidas pelos sujeitos envolvidos nos acontecimentos. Assim, entendemos que o jornal *Gazeta do Norte*, a *Revista do Ensino*, os relatórios de inspeção e as correspondências oficiais veicularam representações que possibilitam ver o real, pelo olhar e pelo filtro de quem os produziu, pela perspectiva das crenças, adesões e filiações aos quais se vincularam. Por isso, ao fazer a leitura dos fatos passados buscamos não incorrer na ingenuidade de considerar esses documentos portadores de verdades, mas veículos que serviram a determinados interesses.

O tempo histórico foi delimitado pelas primeiras décadas do século XX, focalizando especialmente os anos de 1912 a 1914, em que captamos dois episódios reveladores da resistência aos processos de inspeção escolar. Esse é um período marcado pela implementação de reformas educacionais e por transformações na organização e nos objetivos do ensino, em que a escolarização se apresentava como mecanismo pelo qual se produziriam a civilização, a modernidade e a integração das camadas populares ao espaço urbano. Como indicam pesquisas de Faria Filho (2000), nesse período, a capital mineira foi palco de intenso trabalho de

produção de uma nova e singular cultura, sendo que as transformações propostas visavam à construção e consolidação de uma cultura urbana e implicaram intensa relação da escola com a cidade, seus moradores e as crianças. Nesse cenário, o autor considera que a implantação de grupos escolares representava a ruptura com o passado imperial e com as escolas isoladas, sendo afirmada a proximidade desses institutos coletivos de instrução com a modernidade, com a racionalização do trabalho capitalista e o urbanismo moderno.

No Brasil, a implantação de grupos escolares como alternativa às escolas isoladas foi inicialmente adotada no estado de São Paulo, no final do século XIX. Em Minas Gerais, os primeiros grupos escolares foram instalados a partir de 1906, em Belo Horizonte, tendo as experiências de São Paulo e Rio de Janeiro como referência e modelo. Em Montes Claros, o primeiro grupo escolar foi criado pelo decreto n. 2.352/1906 e instalado em 1909, constituindo-se no nível local como a primeira instituição a representar os ideais republicanos de educação. No entanto, no momento inicial de sua instalação não foi construído edifício especialmente planejado para as finalidades educativas, sendo-lhe destinado espaço provisório cedido pelo município. A construção do prédio foi concluída em 1927 e, apesar de não apresentar a imponência e a grandiosidade de outros grupos escolares do estado de Minas Gerais, foi localizado em praça central, destacando-se no espaço da cidade entre suas melhores edificações e materializando o discurso urbano da modernidade pretendida pela República.

Os grupos escolares, conforme Faria Filho (2000), constituíram referência para o trabalho de legitimar e impor uma nova cultura, enquanto as diretoras e os inspetores são seus principais agentes. Ainda conforme o autor, no Brasil, os inspetores escolares constituíam uma categoria profissional que existia desde o início do Império e a atividade era exercida por pessoas nomeadas pelos presidentes das províncias, conforme sua conveniência. Por sua vez, a função de direção de escola foi criada com o advento dos grupos escolares.

Estudos de Faria Filho (2000) indicam ainda que a inspeção produziu importante diagnóstico das condições de funcionamento das escolas

isoladas e dos grupos escolares, constituindo uma das bases do sistema de ensino. Como prática importante na disseminação de concepções educacionais e na implantação das reformas, a inspeção constituiu um dispositivo pelo qual se pretendia impor um novo modelo de organização da escola, da instrução e da educação. O processo contribuiu para a organização interna das escolas isoladas e dos grupos escolares, e também para a construção, adoção ou imposição de uma teoria acerca do educativo escolar. Como processo de controle exercido pelo governo, o trabalho dos inspetores contribuiu para a remodelação da instrução primária em Minas Gerais (Faria Filho, 2000).

Considerado pilar do sistema de ensino, o Serviço de Inspeção e Fiscalização do Ensino apresentou-se como mecanismo aliado do Estado e tinha por objetivo controlar a criação, nomeação e remoção de cadeiras, como também a ação das professoras no que se refere à sua idoneidade moral e competência para o ensino. Por considerar o grande valor do serviço de inspeção, o próprio Regulamento da Instrução Primária e Normal, de 1906, referia-se à inspeção como a “alma do ensino” e, por isso, não poderia ser exercida por pessoas indiferentes, mas por pessoal técnico e capaz de envolver-se com o ensino e com a causa que lhe fora confiada (Faria Filho, 2000).

Pesquisas de Faria Filho e Gonçalves (2004) indicam que, no exercício de seus cargos, os inspetores construíram a ideia da inspeção como um dos pilares de qualquer sistema de ensino moderno e renovador. Os inspetores tinham os textos legais como referência; contudo, produziam representações acerca dos processos educativos que, muitas vezes, extrapolavam os regulamentos e provocavam conflitos.

Em nossa atividade de pesquisa, foi possível identificar alguns desses conflitos e dificuldades no interior das escolas, sendo que o serviço de inspeção em Montes Claros guarda semelhanças com o processo produzido na capital mineira. Consideramos que os conflitos vivenciados por inspetores escolares, professoras primárias e diretores de grupos devem ser analisados no contexto das relações de poder, demarcação de autoridade e sobrevivência profissional. Entendemos que as dissonâncias e oposições em relação às prescrições oficiais, às determinações superiores

e julgamentos emitidos pelos inspetores escolares se apresentam como “táticas” e “estratégias”, se inscrevem como “resistência” ao poder do outro, se constituem em “operações do usuário”, uma “maneira de fazer” que visava a não submissão à influência hegemônica do outro (Certeau, 1998).

As “estratégias”, conforme Certeau (1998), são “maneiras de fazer” e de pensar a realidade que têm como referência um lugar e um espaço de poder próprios; são práticas cotidianas produzidas a partir do cálculo ou manipulação das relações de força e são capazes de produzir, mapear e impor novas operações. E, no jogo de forças, as maneiras de fazer também podem ser táticas, pois os sujeitos podem produzir manipulações no espaço de poder que não lhes pertence. Por isso, a tática é “a arte do fraco”, um cálculo que não pode contar com um próprio e que joga no lugar de poder do outro, somente podendo utilizar, manipular e alterar as maneiras de fazer que já existem (Certeau, 1998, p. 35).

Nas duas seções deste artigo, apresentamos e discutimos ocorrências locais, que se inscrevem como movimento estratégico e tático dos sujeitos e nos permitem compreender práticas educativas e captar representações do bom ensino e da boa professora, que dialogam com conteúdos que circularam em outros espaços.

Disciplina e autoridade como representação da boa professora

Nas primeiras décadas do século XX, disciplina dos alunos e autoridade da professora eram aspectos relevantes do fazer pedagógico. Ao discutir as representações da “boa professora” presentes nos relatórios dos inspetores, Faria Filho (2000) considera que as características esperadas dessas profissionais não se relacionavam unicamente à capacidade de ensinar/instruir os alunos. Os atributos da “boa professora” também se remetem para outras dimensões da função social da profissão docente e da instituição escolar. Os inspetores insistiam que as professoras deveriam ser enérgicas, capazes de impor ordem e disciplina. Contudo, nas

representações disseminadas, ser enérgica não significava ser violenta. “Pelo contrário, elogiava-se a professora que não mais empregando o ‘bolo’ conseguia conduzir sua turma com energia, carinho e sensibilidade” (idem, p. 125).

No contexto montes-clarense, o inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa toma essa representação da boa professora como referência para a fiscalização da atividade docente, sendo que, em visita realizada em 12 de abril de 1913, coloca em dúvida a competência da professora Christina Vitalina dos Santos para orientar o comportamento dos alunos e dirigir os trabalhos em sala de aula. Por discordar dessa avaliação e do conteúdo do termo de visita lavrado pelo inspetor, em longa correspondência, a professora dirige-se ao secretário do interior, Delfim Moreira da Costa Ribeiro, para apresentar sua versão, explicar-lhe o ocorrido e obter expiação do que considera injustiça.

Entendemos que o posicionamento contestador da professora, que não aceitou o julgamento negativo emitido pelo inspetor, se inscreve como processo de resistência e de luta por autoridade e autonomia profissional. Em seu texto, a professora constrói uma argumentação em defesa do seu lugar, ao mesmo tempo em que tenta produzir a desqualificação do inspetor e questionar sua autoridade. Em sua ação estratégica, a professora organiza sua defesa pelo ataque, deslocando o olhar que o inspetor lança sobre suas dificuldades na sala de aula, para focalizar as limitações e problemas por ela identificados no serviço de inspeção, questionando seu valor, seu modo de organização e sua efetiva contribuição para o trabalho escolar.

Ao relatar as ocorrências, a professora afirma que o posicionamento do inspetor fora motivado por ato isolado de indisciplina por ele presenciado em visita à escola. No entanto, a professora descarta a possibilidade de que esse “ato isolado de indisciplina” possa ser compreendido como indício de perda de autoridade ou como problema na organização e condução de suas aulas. Conforme a professora, durante o período em que lecionava para o 2º ano, três de seus alunos retiraram-se da escola. Ao notar a falta dos alunos, e sendo também avisada de que os garotos estavam jogando bolinhas nas imediações, mandou-os chamar e, em castigo à desobediência às regras do programa e da escola, expulsou-os

dos trabalhos escolares por aquele dia – fato que coincidiu com a visita do inspetor, ao qual deu ciência de todo o ocorrido.

Ainda conforme a professora, durante a atividade de inspeção, um dos alunos expulsos entrou na escola, ocasião em que o inspetor “exprobo-lhe o seu erro confirmando o meu acto; porem o menino desfez-se em choros, mas nem por isto eu demovia em retroceder a sentença dada”. Para contornar a situação, por um gesto de “defferencia ao Sr. Inspector”, a professora afirma que abrandou um pouco sua atitude, “esperando também a sua opinião resoluta sobre a acção”. Contudo, para sua surpresa, a atitude de abrandamento diante do choro do garoto foi entendida pelo inspetor como fraqueza e sinal de perda de autoridade junto aos alunos. “Não posso saber como poudes conceber esta impressão, pois não houve desrespeito a minha pessôa, e muito menos a presença do Sr. Inspector” (Minas Gerais, 1913a).

Em sua versão dos fatos, a professora considera que o julgamento negativo de sua atuação profissional não era isento, mas motivado pelo interesse do inspetor em fechar sua escola isolada, que concorria com a matrícula e a frequência do único grupo escolar da cidade. Por isso, ao dirigir-se ao secretário do interior, destaca a solidez de sua escola e afirma que: “se não fosse a atenção ao Grupo, ao qual desejo engrandecimento e prosperidade, V. Excia podia contar certo com uma matricula talvez mais alta” (idem).

Em outras palavras, no intuito de deslocar a relação de autoridade, a professora Christina Vitalina questiona a legitimidade e isenção dos posicionamentos do inspetor. Com Certeau (1998), podemos compreender essas estratégias e táticas inscritas nas relações de poder, pois, conforme o autor, as práticas cotidianas dos sujeitos não são desinteressadas e neutras, ao contrário, estão impregnadas de intencionalidades, sendo que os sujeitos “fazem uma bricolagem” *com e na* economia dominante e segundo seus interesses. Por essa lógica, é possível pensar que a veemência da professora Christina Vitalina dos Santos em sua reação contra o inspetor cumpria a função de defesa, pois, além do seu estatuto profissional, estava em jogo sua cadeira de professora primária e a continuidade de funcionamento da sua escola isolada.

Conforme Faria Filho (2000), a cadeira era a forma jurídico-institucional de existência de uma turma de instrução primária, sendo a criação de uma escola isolada bastante simples: bastava identificar um número de meninos e meninas (em 1906, eram 45 para a área urbana e 40 para o meio rural) e encaminhar solicitação ao governo do Estado, por uma professora (titulada ou não) ou por um grupo de moradores de determinada localidade. Criada a cadeira, a professora era considerada sua proprietária e plenamente responsável por ela, mas submetia-se à fiscalização exercida pelo Estado, que pagava seu salário. Assim, a professora vinculava-se à população e ao Estado, sendo que a manutenção da escola dependia da confiança nela depositada – confiança constituída sobre os princípios morais e a competência no ensino.

Por esse modo de organização, podemos compreender que, da perspectiva da professora Christina Vitalina, o relatório produzido pelo inspetor representava uma ameaça de rompimento dessa confiança e também o risco de fechamento da escola isolada onde exercia as atribuições de sua cadeira de instrução primária. O relatório do inspetor e outros documentos analisados guardam indícios de uma disputa entre grupo escolar e escolas isoladas, também sinalizando um posicionamento do inspetor Herculino Pereira de Sousa em favor do Grupo Escolar Gonçalves Chaves.

Além disso, ao considerar a perspectiva do inspetor Herculino Pereira de Sousa, podemos entender seu posicionamento. Nessa época, os grupos escolares eram ícone da modernidade e representavam os ideais republicanos de educação. Em Minas Gerais, segundo Faria Filho, a criação dos grupos era defendida como forma de organizar o ensino e reinventar a escola. “Reinventar a escola significava, dentre outras coisas, organizar o ensino, suas metodologias e conteúdos, controlar e fiscalizar a professora; adequar espaços e tempos ao ensino; repensar a relação com as crianças, famílias e com a própria cidade” (2000, p. 31).

Ainda conforme o autor, os grupos escolares eram vistos como instâncias capazes de contribuir de forma mais efetiva com os projetos de homogeneização cultural e política da sociedade e dos sujeitos sociais, sendo as escolas isoladas produzidas como locais pouco adequados à instrução, como símbolo do passado e da miséria.

Por essas representações da época, é possível compreender que o inspetor Herculino Pereira de Sousa se envolva com o Grupo Escolar Gonçalves Chaves e defenda a sua consolidação. Em 1913, momento em que as disputas entre grupo e escola ganham visibilidade no protesto da professora Christina Vitalina, a cidade de Montes Claros, além do referido grupo escolar, contava com a Escola Feminina do Bairro Malhada, a Escola Masculina do Bairro Morrinhos, a Escola Municipal Noturna voltada para alfabetização de jovens e adultos, e algumas escolas particulares. O Grupo Escolar Gonçalves Chaves foi criado em 1906, mesmo ano de criação dos primeiros grupos da capital mineira. No entanto, ainda lutava por sua consolidação – seu funcionamento foi estabelecido em 1909 em dependências improvisadas e o grupo ainda enfrentava problemas com a frequência de seus alunos.

Para entender as disputas entre grupo escolar e escola isolada, vale ressaltar que a carta de protesto da professora Christina Vitalina é datada de 24 de abril de 1913, sendo que, dois meses antes, em 6 de fevereiro, o diretor do referido grupo escolar recebera correspondência do secretário do interior recomendando-lhe o emprego de esforços para garantir a assiduidade dos alunos. Nessa ocasião, o secretário adverte o diretor sobre a frequência não satisfatória e considera que, “assim continuando, é bem possível que se veja o Governo na necessidade de suspender o seu funcionamento, o que trará grande prejuízo para a população escolar” (Minas Gerais, 1913b).

Sobre a manutenção da escola isolada e a disputa por matrícula com o grupo, vale ressaltar que a questão não se resolveu com o episódio de fiscalização da escola e avaliação da professora Christina Vitalina. No ano seguinte, 1914, o inspetor escolar Herculino Pereira de Sousa, em relatório anual encaminhado ao secretário do interior, afirma: “o diretor do grupo muito se queixa do prejuízo que estas escolas [isoladas, dos bairros Malhada e Morrinhos] acarretam ao estabelecimento por elle dirigido. Isto é um facto”. Nesse sentido, o inspetor mandou fazer uma planta da cidade, indicando o perímetro escolar do grupo e das escolas isoladas. Isso porque, conforme o inspetor: “agitou-se a principio a questão de se saber se estão ou não localizadas em ponto próprio, tendo o governo resolvido

que funcionassem onde estão”. Ainda conforme o inspetor, “com o mappa que junto vae, pode o governo, si quizer, dirimir a questão, solvendo-a com inteiro conhecimento de causa” (Minas Gerais, 1914).

Nessa disputa, os problemas de matrícula e frequência do grupo eram tão evidentes que, passados dez anos, em 1923, ao discutir o ensino na cidade, o jornal *Gazeta do Norte* destaca um exemplo que considerava frisante. Conforme o jornal:

As duas escolas isoladas, com sede na cidade, estão cheias de alumnos, escolhidos dentre aquelles que pertencem as principaes famílias; é tal a frequência, que ambas têm adjunctas. No Grupo Escolar dá-se o contrário. [...] Todas as cadeiras do Grupo Escolar tem matricula enorme; a frequência porem, muito deixa a desejar porque os alumnos frequentam as classes mas não o fazem assiduamente [*Gazeta do Norte*, 1923].

Para explicar o fenômeno da baixa frequência dos alunos do grupo escolar, o jornal aponta a condição financeira das famílias: “A razão principal disso é que ali se acham matriculados os menos abastados, os que frequentam as aulas descalços, os que só têm uma miserável roupinha que precisa ser lavada e passada a ferro, impossibilitando a frequência semanal, sem faltas” (idem).

Essa dificuldade em efetivar a matrícula e garantir a frequência dos alunos no grupo escolar somente se resolveu a partir de 1927, ano em que se concluiu a construção de seu prédio próprio com instalações amplas e confortáveis, que deslocou o olhar da população, ampliou o número de alunos matriculados e possibilitou sua consolidação como principal instituição de ensino primário da cidade.

É nesse contexto de disputa por matrícula que a professora Christina Vitalina, operando de forma estratégica, argumenta que a avaliação negativa emitida pelo inspetor ocorreu como “consequência de ódios antigos à escola”, sendo categórica em afirmar: “a minha escola poderá ser combatida, mas não vencida, porque está sempre guarnecida e solidificada por meus esforços, a par de 30 annos de estudos adquiridos pela pratica de exercício”.

Nas representações da professora, a solidez da sua escola era resultado de seu trabalho, de sua experiência e de seus esforços:

Se houver um exame destituído de espírito prevenido, verão que tenho feito mais do que meu cargo exige, porque a maior parte dos alumnos que actualmente fazem parte da minha escola, tem vindo sem noção alguma de educação domestica, e eu com os dados que a pratica tem me fornecido, tenho-os empregado, vendo afinal a transformação em muitos [Minas Gerais, 1913a].

Em seus argumentos a professora Christina Vitalina confere visibilidade e valor ao trabalho docente, fragilizando e desqualificando o serviço de inspeção. Por isso questiona a responsabilidade por formar e manter as escolas: “Serão o esforço e o trabalho do professor ou do Inspector? Qual dos dous ha concorrido para a sua constituição, engrandecimento e manutenção? É o professor tão somente. O bom professor não carece de estímulo, elle por si já o constitue” (idem).

Em consonância com as representações da época, a professora também aborda a função da escola na formação dos cidadãos, afastando-os dos crimes e de outros problemas sociais. “Quantas escolas não há affastado tantos criminosos? Quantos males não têm evitado? Quantos amigos ellas não tem constituído?”. E tudo isso se devia ao trabalho do professor, que exercia sua atividade de forma bastante solitária e resolvia os problemas cotidianos sem contar com nenhum apoio. Em suas representações, a inspeção era uma intromissão na escola: “Se este dom tem operado as escolas, sem a intervenção dos inspectores, porque vehem os mesmos, muito ligeiramente, uma vez talvez no anno, obstar tantos bens que a professora tem semeado?” (idem).

Para a professora Christina Vitalina, as visitas de inspeção não se prolongavam por tempo suficiente para a emissão de julgamentos consistentes sobre o trabalho docente. Em relação à visita em questão, afirma que, em função da exiguidade de tempo, “quando já havia visitado naquelle mesmo dia o Grupo e a escola feminina do Bairro Malhada”, o inspetor pouco participou dos trabalhos escolares – “a instancias minhas,

só pode ouvir o canto dos meninos”. Ainda tecendo críticas à inspeção, a professora Christina Vitalina afirma que “os inspetores deixam-se levar pelas impressões momentaneas, quando não sabem elles que a formação de uma criança não está num dia!” (idem).

Nas representações da professora, havia uma dissonância de ideias e julgamento por parte do inspetor. Por isso estabelece confronto entre o conteúdo do termo daquela visita com o termo lavrado na visita anterior, ocorrida em 8 de outubro de 1912. E ironiza:

Se naquelle, em meia hora de lições, elle pode observar em mim – pratica e zelo – para o ensino, como poderia ter perdido todas estas qualidades em seis mezes, apenas, não tendo soffrido encommodo algum que prejudicasse as minhas faculdades intellectuais e moraes? [idem].

Ao desqualificar o trabalho desempenhado pelo inspetor, a professora opera de forma “tática”, por utilizar “as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário” (Certeau, 1998).

Em relação aos questionamentos sobre a eficiência do serviço de inspeção, em extenso e detalhado relatório redigido em janeiro de 1914, o próprio inspetor Herculino Pereira de Sousa reconhece as dificuldades inerentes à fiscalização, que na área rural dependia de viagens realizadas a cavalo, cujo percurso totalizava 109 léguas. O inspetor ainda questiona a remuneração percebida pela atividade, pondera sobre o acúmulo de atribuições do seu cargo como promotor da jurisdição e conclui: “longe está de uma obra perfeita o desempenho das minhas funções e por múltiplas causas”. E acrescenta:

Antes de mais nada, para uma inspeção ser perfeita, necessário fora que eu me demorasse em cada escola por dias seguidos, o que me é impossível, ja pelo numero das escolas, ja pelo de visitas, ja pela exiguidade da gratificação. Entretanto, diz-me a consciência que fiz o que pude e isto me basta [Minas Gerais, 1914].

Se o inspetor enumera problemas, indica limitações, sinaliza seus esforços e se considera satisfeito com os resultados do seu trabalho, a professora Christina Vitalina, entretanto, focaliza o tempo destinado às visitas para questionar o estabelecido e indicar que a atividade de inspeção é falha e poderia ultrapassar a mera fiscalização. Desconsiderando as dificuldades inerentes ao processo, a professora desloca os próprios objetivos da inspeção – fiscalizar o cumprimento do Regimento e dar ciência ao governo – para sugerir que o inspetor deveria contribuir com a superação das dificuldades vivenciadas na sala de aula e dar suporte ao trabalho docente.

Suppunha encontrar nelle mais um auxiliar para o bom funcionamento da escola, ou que por sua superioridade intellectual e competência illustrada poderia empregar meio [sic] mais frisantes que produzissem nos meus discipulos alguma transformação para o trilhar do bem: eis a razão porque fui-lhe franca, o que não quer dizer que tenha perdido força moral [Minas Gerais, 1913a].

Para preservar sua imagem, outra linha de argumentação utilizada pela professora Christina Vitalina constituiu-se em focalizar a credibilidade que conquistara com os pais de alunos – fato atrelado ao seu bom nome como professora e elemento sobre o qual, conforme Faria Filho (2000), se construía a confiança e do qual dependia a manutenção de uma cadeira de instrução primária. Ao pronunciar-se, a professora procura demonstrar que a matrícula, a frequência e os resultados obtidos pelos alunos eram evidências da confiança das famílias em seu trabalho. Ao referir-se ao dia da visita do inspetor, a professora destaca que, apesar de seus alunos serem pobres, “filhos de homens que carecem de suas cooperações neste dia”, mesmo sendo “dia de feira, em que os meninos falham em quasi todas as escolas”, se encontravam frequentes 54 alunos, dentre os 119 matriculados. Por isso, questiona: “uma professôra que vai perdendo a autoridade perante seus alumnos, perde muito mais ante os seus pais que são os primeiros a ter disto conhecimento” (Minas Gerais, 1913a).

Sobre os números de matrícula e frequência, os dados informados pela professora são confirmados pelo inspetor Herculino Pereira de Sousa. Conforme relatório de inspeção de sua autoria, “visitei esta escola nos dias 12 de Abril, 19 de Maio e 17 de Outubro; a frequência era respectivamente de 56, 54 e 41 alunos. Estiveram matriculados 119 alunos, elevado o numero, no segundo semestre para 126” (Minas Gerais, 1914). No entanto, a apresentação de dados estatísticos pelo inspetor serviu ao propósito de reiterar a avaliação negativa que fizera da professora Christina Vitalina dos Santos. Reafirmando seu posicionamento, o inspetor informa que, dentre os alunos matriculados, apenas 10 obtiveram desempenho satisfatório – 1 aluno foi aprovado com distinção, 9 aprovados simplesmente, 31 considerados não preparados e 85 alunos não compareceram aos exames. Ainda nas palavras do inspetor: “a comissão examinadora que se vê no anexo deu-me as peiores informações dos resultados verificados nas provas finais, o que era de se esperar. Até aqui os exames faziam-se em família, e tudo se arranjava” (idem).

Nesse mesmo relatório, tão contundente quanto o fora a professora Christina Vitalina, o inspetor estabelece o seu lugar de autoridade e afirma que: “Com pesar, porém, com a sinceridade e franqueza que me distinguem, devo dizer que esta escola esteve *num verdadeiro dismantelo*. Nenhuma ordem, nenhuma disciplina, nenhum horário, insignificante aproveitamento” (grifos do inspetor). O inspetor ainda faz menção ao fato de a professora ter se dirigido ao secretário do interior contra o seu proceder, por ter “interpretado mal a sua franqueza”, revelando seu pesar de que não se tenha instaurado inquérito para apurar a verdade sobre o estado em que se encontra a escola. E acrescenta:

Deixe-me dizer a franqueza inteira, digo a verdade inteira: taes funcionarios estão acostumados à inspeção *proformula*, aos inspectores de *vistas gordas*; ou, peor do que isso, a uma reles bajulação mentirosa, eis o motivo do abespinhamento. Isto, porém, não me incommoda. Lamento somente o estado do ensino e nada mais [idem – grifos do inspetor].

Nesse relatório o inspetor afirma que: “A professora D. Christina dos Santos, apesar de competente e ter longo tirocínio (30 anos) nada conseguiu neste anno. Em minhas visitas, com toda verdade exaro nos termos o que vejo, o que encontro” (idem). No entanto, ao destacar a experiência da professora, o inspetor não tece elogios, mas reitera as dificuldades que identifica no desempenho de seu ofício.

Aliás, conferir visibilidade à experiência profissional fez parte dos recursos argumentativos da professora Christina Vitalina. Para destacar sua contribuição na formação de homens e mulheres, como profissionais do ensino e mães de família, a professora retoma a primeira fase da extinta Escola Normal Oficial de Montes Claros (1879-1905), em que ministrava a disciplina de aula prática do curso normal (Minas Gerais, 1890) e utiliza essa experiência para questionar a avaliação emitida pelo inspetor.

Durante 30 annos de magistério, em cujo decurso, tenho deixado exemplarissimas mães de família, professôras e professores, nos quaes, ainda transparecem e se reproduzem o meu ensino, o que sai-se engrandecendo e bebendo cada dia mais úteis conhecimentos, como appareceu uma decadência repentina? [Minas Gerais, 1913a].

Em sua retórica, a professora não considera o fato de o inspetor Herculino Pereira de Sousa também possuir uma trajetória profissional – era advogado, poeta e jornalista, e paralelamente às funções de inspetor escolar exercia a função de promotor público da jurisdição. Também não considera o fato de o inspetor apresentar-se como autoridade moral e intelectual e constituir figura importante no cenário educacional local.

Nesse sentido, ao procurar destituir o inspetor de sua autoridade junto ao governo de Minas Gerais, a professora Christina Vitalina não apoiou sua argumentação em dados que desqualificassem Herculino Pereira de Sousa, posto que o mesmo gozava do respeito e confiança da comunidade e do governo. No relatório anual das atividades desenvolvidas em 1913, o inspetor faz referência a esse prestígio, assinalando “a satisfação que experimentei ao receber, dessa Secretaria um honroso

officio, que conservo com carinho, trazendo-me as lisongeiras impressões do illustre dr. Secretario de então, a respeito do meu relatório de 1912” (Minas Gerais, 1914).

No contexto de autoridade e prestígio do inspetor, a argumentação da professora constitui-se em defesa do seu lugar. Por isso, a situação de inspeção e a relação entre escola isolada e grupo escolar foram analisadas pelo viés de suas percepções, desejos e expectativas.

Ao negar a decadência que lhe fora atribuída, a professora Christina Vitalina revela apropriações que fizera de conteúdos pedagógicos em circulação, visando afirmar a atualidade de seus conhecimentos. Assim, procura demonstrar a adequação de suas práticas, indicando que, ao abrandar o tom e o gesto diante do choro do aluno castigado, não estava perdendo sua autoridade moral. Ao contrário, estava empregando modernos conhecimentos e processos de educação. Em suas representações, se o professor não consegue educar os alunos “empregando meios brandos e suaves, como ha de conseguil-o com acções severas? As feras se domesticam por meio de carinhos! Qual a criança que se não domará recebendo constantemente o influxo de acções bondosas e meigas?” (Minas Gerais, 1913a).

Em relação à disciplina e ao lugar de autoridade na sala de aula, pode-se perceber que as representações da professora Christina Vitalina se encontram com as concepções da época – primeiras décadas do século XX. Conforme Elias (1993), a estruturação das sociedades e o ordenamento dos comportamentos dos indivíduos implicavam mudança nos processos educativos, que passam a visar a civilização, ou seja, o controle dos comportamentos instintivos, de forma que transformassem o homem para que ele assumisse uma segunda natureza, se distanciasse de sua animalidade e se tornasse um ser civilizado. Dessa forma, a escolarização passava a ser compreendida como traço da modernidade pretendida, como força social importante para o desenvolvimento individual e coletivo e, na acepção de Elias (1993), a escola apresentava-se como uma guardiã da civilidade, assumindo papel central na inculcação de novos valores e na conformação dos comportamentos.

Nas representações desse momento histórico, a disciplina dos alunos e a autoridade dos professores passam a ocupar lugar central nas discussões. Há um claro posicionamento em favor da autoridade, mas o espírito de modernidade e a ideia de civilização tornavam inaceitável que a disciplina fosse imposta e que o aluno pudesse ser alvo de práticas violentas e desprovidas de afeto e calor humano.

No contexto montes-clarense, as representações produzidas pela professora Christina Vitalina revelam uma apropriação desses conteúdos em circulação, sinalizando a pouca utilidade dos castigos extremos em favor da força dos bons exemplos e do tratamento afetuoso para com os alunos. Isso porque “é justamente quando o aluno pratica erros, que para muitos parece imperdoáveis, que o professor tira dahi lições de moral, de perdão, de bondade e de caridade, para lhe transmittir” (Minas Gerais, 1913a).

Nas representações da professora Christina Vitalina, a escola torna-se mais eficiente quando cumpre as funções de instruir e educar. Ou seja, a tarefa dos professores não era meramente ensinar os conteúdos, mas, sobretudo, educar, acolher os alunos, fornecer bons exemplos, ensinar valores e produzir a transformação de seus comportamentos, conformando-os aos padrões morais aceitos pela sociedade. O aluno vai à escola para instruir-se e educar-se, ou seja, para “beber e colher illustrações para o seu espírito, cujo desempenho a vida pratica tanto necessita, assim como para a sua alma, porque sem o preparo desta, daquella será inteiramente selvagem em seus costumes” (Minas Gerais, 1913a). A professora Christina ainda considera que:

É mesmo das crianças mais bravias que o professor poderá demonstrar a sua magia profissional. Uma escola enche-se de naturezas divergentes umas das outras: umas, propendem para o fim a que ella é destinada, algumas, affastam-se mais; outras, são inteiramente oppostas. O professor com a táctica que possui, auxiliado com o tempo, e os seus predicados, vê, em pouco tempo, aquelles mais indomáveis, marchar na mesma linha trajectória que soube traçar [Minas Gerais, 1913a].

Esse posicionamento da professora Christina Vitalina encontra-se com o que com Varela (1996) entende por “pedagogia disciplinar”. Segundo a autora, pela lógica do poder disciplinar, os processos educativos visavam civilizar e domesticar a criança, tornando o seu corpo dócil e útil. Assim, os processos educativos deixam de basear-se nos castigos físicos e na violência contra a criança para apoiar-se na força do exemplo, na manifestação de afeto, na modificação do espaço dos lares e da escola, que passam a se constituir em lugares de aprendizagem dos comportamentos pretendidos. A autora considera que as pedagogias disciplinares não podem ser analisadas a partir de uma noção de repressão, pois supõem uma nova compreensão do espaço e do tempo. Isso porque, a partir de uma pedagogia normalizadora, a escola produz um novo tipo de sujeito, que percebe a necessidade da disciplina e reconhece o valor atribuído a determinados comportamentos.

Conforme demonstrou Faria Filho (2000), nas primeiras décadas do século XX não era possível separar o fazer pedagógico dos processos disciplinares. Estratégias de controle e estratégias de ensino identificavam-se, posto que ordem e disciplina são fatores inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, Faria Filho (2000) afirma que alguns inspetores consideravam as mulheres inaptas para a docência nos meios populares, pois nas classes pobres e nas escolas isoladas os imperativos de ordem e disciplina deveriam impor-se com maior vigor. Numa escola em que a professora ministra aula para vários anos do curso, divididos em diferentes classes, parecia natural que as professoras fossem enérgicas. “Uma professora de ‘espírito manso’ e ‘índole doce’ não pode, não consegue impor ordem e a disciplina em escolas que atendam a crianças que participam de ‘meios críticos’ – leia-se *pobre* e, portanto, perigoso” (2000, p. 116, grifos do autor).

Conforme o autor, as discussões protagonizadas por inspetores, professoras primárias e diretoras de grupos escolares eram comuns na capital mineira, sendo que as disputas não se relacionam à questão de gênero, mas eram embates por ideias e concepções pedagógicas. “Nessas relações, disputam-se a direção e a legitimação de concepções

acerca do educativo escolar e, no seu interior, a respeito de traços, das características e competências identificadoras de seus profissionais” (Faria Filho, 2000, p. 103). Ou seja, os inspetores procuravam controlar o exercício das funções dessas profissionais, mas também impor-lhes suas concepções.

Ainda conforme o autor, na maior parte das vezes, as dissonâncias entre esses profissionais relacionavam-se ao conteúdo dos relatórios de visita produzidos pelos inspetores, sendo que as diretoras reagiam ao que consideravam excesso dos inspetores. Para ilustrar a tensão, Faria Filho analisa uma carta da diretora do 2º grupo da capital mineira endereçada ao secretário de Estado, em que a diretora discute e questiona o serviço prestado pelos inspetores escolares, argumentando que, ao ofício de inspeção cabia fiscalizar e controlar, mas também ajudar as diretoras e professoras em suas dificuldades. “Daí a cobrança de que os inspetores devessem ser, também, conselheiros” (2000, p. 104).

Situando-se em um contexto que guarda semelhança com o quadro de tensão e disputa vivenciado na capital mineira, a professora montesclarenses Christina Vitalina dos Santos produziu um enviesamento nas relações de poder, questionando o serviço de inspeção na tentativa de desqualificar o inspetor Herculino Pereira de Sousa. Com Certeau (1998), consideramos que a professora operou de forma “estratégica”, lançando mão de uma suposta credibilidade da sua escola isolada para defender seu lugar; ao mesmo tempo em que se utilizou de ações “táticas”, ao operar no campo de poder do outro e tentar desestabilizar a autoridade de um profissional hierarquicamente superior, apontando fragilidades do serviço de inspeção e questionando o seu valor.

Por envolverem relações de poder, as relações de disputa entre inspetores e professoras constituem questões complexas e, no contexto das escolas mineiras, os problemas não se resolveram facilmente. Um exemplo ilustrativo dessas disputas foi identificado em matéria publicada pela *Revista do Ensino* no ano de 1933. Transcorridas duas décadas, o olhar negativo sobre a estruturação e funcionamento do serviço de inspeção ainda se fazia presente no espaço escolar. Como recurso para discutir os sentidos que a escola ativa atribuía à disciplina e à autoridade,

de, a professora Filocelina Almeida (1933) relata uma suposta conversa com uma professora do interior – conversa que foi organizada por dois movimentos. No primeiro, tece críticas à compreensão de que a disciplina pudesse ser vista como ausência de atividade e imobilidade dos alunos, ou que pudesse ser produzida pela aplicação de castigos. No segundo, Filocelina Almeida faz a defesa do lugar de autoridade do inspetor, destaca o valor das visitas de inspeção e da figura do inspetor, considerado amigo e parceiro dos professores e da escola.

Para ilustrar suas concepções, a professora Filocelina Almeida dá voz à professora do interior, que revela o seu descontentamento com o assistente técnico do ensino que visitou sua escola, nela “introduzindo a liberdade” e produzindo uma interrupção na classe. No suposto relato da professora, “os alunos eram bem educados, permaneciam quietos nas carteiras, bracinhos para trás” e por esse processo disciplinar era possível “ensinar-lhes tudo, expor-lhes pontos inteiros, sem ouvir *um pio* na sala, pois nem um se atrevia a interromper-me com perguntas”. No entanto, por influência do assistente técnico, “a tranquilidade da escola se transformou em anarquia, as crianças já não se sujeitam às minhas *ordens*, por mais que eu as *castigue*, e só querem fazer o que lhes dá na cabeça”. (Almeida, 1933, p. 30, grifos no original).

Em favor do serviço de inspeção, Filocelina Almeida dirige-se à professora solicitando-lhe que modifique suas concepções e que passe a ver a pessoa do assistente técnico do ensino como um amigo da escola, e não como um fiscal. Para produzir essa imagem positiva, são apresentados argumentos e adjetivos diversos, que qualificam o assistente técnico como:

Um emissário do bem e da verdade em quem os professores podem depositar inteira confiança; um sincero e ardoroso colaborador na obra educacional; um orientador prudente, laborioso e previdente, pronto para remover dificuldades, a concertar o errado, a encorajar sempre e sanar tudo conscienciosamente, sem a preocupação mesquinha de denuncia-lo ao governo, por espírito de vaidade ou vingança, como pensam alguns [Almeida, 1933, p. 30].

Percebe-se nessas representações uma preocupação em produzir a aceitação do serviço de inspeção, de forma que as professoras não compreendessem sua atuação com o sentido de intromissão, mas como intervenção de um profissional qualificado, experiente, capaz de perceber os problemas e contribuir para sua solução.

No artigo de Filocelina Almeida, é clara a intenção de disseminar princípios renovadores, reconfigurando o lugar e o peso da disciplina e da autoridade. Contudo, ao lançar sobre a questão um olhar que interroga e questiona, constatamos a presença dos conflitos e tensões que fizeram parte da realidade vivenciada pelas professoras e pelos inspetores. Como porta-vozes das inovações educacionais, em seu ofício cotidiano, os inspetores pregaram mudanças e esse processo não era simples e fácil, porque esbarrava nas representações e práticas das professoras, que não abriam mão de sua autonomia e autoridade. É nesse contexto que entendemos a disputa entre a professora Christina Vitalina dos Santos e o inspetor Herculino Pereira de Sousa, sujeitos que produziram história e lutaram por fazer valer o seu lugar e concepções.

Na próxima seção, apresentamos outra faceta desta tensão, que integrou o fazer cotidiano da escola primária e das relações entre seus protagonistas, que nesse caso foi originada na luta por representações sobre o bom ensino e o processo de avaliação.

Rigor nos exames finais como representação do bom ensino

No contexto montes-clarense, além dos embates por autoridade e disciplina no processo educativo, também identificamos disputas para definição de critérios para aplicação de exames de aproveitamento e aprovação de alunos. Por isso, o segundo episódio protagonizado pelo serviço de inspeção escolar que ora apresentamos e discutimos revela conflitos e resistências presentes nas relações cotidianas e sinaliza para tensões e “luta por representações” (Chartier, 1990) acerca do bom en-

sino – evidenciadas na capacidade de ensinar os conteúdos e agir com rigor no processo de avaliação do rendimento escolar.

Conforme Faria Filho, o Regimento Interno dos Grupos Escolares e das Escolas Isoladas estabeleceu normas para aplicação de exames e, mesmo sendo alvo de críticas, a aplicação de provas e os critérios para aprovação abriram caminho para fortalecer a avaliação dos conteúdos, revelando-se um mecanismo de controle e de homogeneização escolar. Para o autor, os inspetores, atentos à aplicação dos regulamentos, pareciam não se importar muito com o alto índice de reprovação dos alunos. No ano de 1917, por exemplo, a média de aprovação dos grupos escolares da capital mineira era de 37,2%; ou seja, somente 1.478 aprovados em 3.902 matriculados (Faria Filho, 2000).

Conforme estabelecido pelo regimento, o processo de avaliação dos alunos deveria ocorrer em duas etapas. Na primeira, prevista para todos os meses letivos, era avaliado o aproveitamento dos alunos, sendo atribuída nota de 0 a 10 para cada disciplina, sendo esse o momento em que se classificariam os alunos para os exames finais. Já a segunda etapa, de caráter eliminatório, tinha início em novembro – ocasião em que, presididos pelo diretor, os professores se reuniriam e organizariam a lista dos alunos de cada ano do curso, que seriam submetidos ao exame final oral. No exame final eram incluídos aqueles que, no decurso do ano letivo, obtivessem média superior a 4 pontos, compreendendo o desempenho obtido em todas as disciplinas. Nessa etapa, os alunos seriam arguidos sobre todas as matérias pelo professor da cadeira e por um examinador nomeado pelo inspetor. Após os exames orais, aqueles que conseguissem nota igual a 5 seriam considerados aprovados “simplesmente”, os com nota entre 6 e 9 seriam aprovados “plenamente” e, “com distinção” quando obtivessem nota 10.

Faria Filho (2000) destaca que, com essa organização, o regimento revela uma preocupação com as disciplinas escolares, posto que os alunos seriam avaliados em todas elas. No entanto, as disciplinas tinham pouco peso, pois a aprovação do aluno era resultante da média obtida – fato que permitia que a nota baixa em uma disciplina pudesse ser compensada com a média alta obtida em outra e que o rendimento do aluno fosse aferido de modo global.

No contexto montes-clarense, a discordância acerca da aplicação desses critérios deflagrou conflitos protagonizados pelo inspetor técnico regional, Polydoro dos Reis Figueiredo, encarregado de presidir a banca examinadora dos alunos do 4º ano, e pelo diretor do Grupo Escolar Gonçalves Chaves, Carlos Catão Prates. Também participaram do evento a professora do 4º ano, Ernestina Spyer, e Urbino Vianna, cidadão montes-clarense que assistia a aplicação dos exames no grupo escolar. O desentendimento ocorreu durante os exames finais do 4º ano, em dezembro de 1912, e evidencia o jogo de forças presente no interior das escolas e o movimento de resistência interposto por esses profissionais na definição de espaço de poder e autonomia.

No intuito de ser rigoroso, após o segundo dia de aplicação dos exames, o inspetor rubricou as provas dos alunos e as notas dadas pela professora da turma. Contudo, não emitiu as suas próprias notas, informando ao diretor do grupo que os resultados em língua pátria não o satisfizeram e que, em aritmética, os alunos examinados estavam fracos. Conforme seu relato, o inspetor argumenta que: “attentos os interesses da instrução e o telegramma do Director da Secretaria aos inspectores municipais para não approvarem alumnos não preparados, não podemos entregar à sociedade uma turma total de crianças não preparadas” (Minas Gerais, 1912a).

Contrariamente a esse posicionamento, o diretor do grupo considerava que os alunos apresentaram bom desempenho. Conforme Urbino Vianna, o diretor lhe havia mostrado algumas provas, “explicando que alguns alunos – bons alunos – (o que lamentava) confuzos, em vez de 38\$000 (se bem não falha-me a memória) escreveram 3\$800; errando na colocação das parcelas, quando procuravam resolver um problema de arithmetica”, sendo este o motivo de sua baixa classificação (Minas Gerais, 1913c).

Diante da atitude do diretor, que cobrou do inspetor a emissão das notas dos alunos avaliados, o inspetor regional Polydoro dos Reis Figueiredo interrompeu sua participação como presidente da banca examinadora, por considerar que sua autoridade fora desrespeitada. Em correspondência enviada ao secretário do interior, Delfim Moreira da

Costa Ribeiro, datada de 5 de dezembro de 1912, o inspetor narra o que considera “facto anormal succedido nos exames do 4º anno”. Conforme relata o inspetor, “foram apresentados 15 alunos a exames no dia 02 e as primeiras provas de língua pátria, por elles exhibidas, não me satisfizeram”. As notas de aproveitamento durante o ano foram emitidas pela professora e subscritas por ele e pelo diretor, “seguinto-se a prova oral soffrivelmente, sem incidentes”. Ainda conforme o inspetor, “no dia seguinte, no exame de arithmetica, os alumnos apresentaram provas muito fracas, e por isto não quiz logo equilibrar com as minhas as notas dos examinadores, confrontal-as e fazer justiça com a nota final do curso” (Minas Gerais, 1912a).

Contudo, o inspetor afirma que o diretor do grupo não concorda com essa forma de encaminhamento dos exames e exige dele a apresentação das notas dos exames anteriores. Sobre a questão, Urbino Vianna afirma que a intenção do inspetor era emitir apenas a média final global de todas as disciplinas, por considerar que “*uma classificação de pontos, e por consequência de nota, em uma matéria, incide sobre uma classificação inferior obtida em outra matéria, pelo que tira-se a media para o julgamento*”. Contudo, o diretor do grupo alegou ser necessário constar as notas de cada matéria e não apenas a média do curso, considerando que um aluno poderia ser bem preparado em uma disciplina e não em outra. Assim, “*feitos os exames, distinctos, a classificação, a fortiori, deveria ser distincta: poderia ser ponto maximo em uma, e nullo em outra; pelo que o alumno teria de repetir a matéria não sabida para a conclusão do anno*” (Minas Gerais, 1913c, grifos no original).

Diante do impasse e da discussão, que considerou ofensiva à sua dignidade, o inspetor optou por não mais participar do processo de avaliação, solicitando ao sr. Urbino Vianna, presente na ocasião, que presidisse a aplicação das provas de geografia, previstas para aquela data. Contudo, a solicitação encontrou oposição por parte do diretor, que alegou não ser possível “transmitir uma acção delegada!” pelo inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa, que participava de atividades no fórum como promotor público (Minas Gerais, 1912a). A solicitação também foi recusada pelo próprio Urbino Vianna, por considerar que a delegação

não era legítima, e que o diretor do grupo e a professora do 4º ano “não aceitariam um presidencia irsita e nulla” (Minas Gerais, 1913c). Assim, os exames foram suspensos para o dia seguinte.

Em seu relato, Polydoro dos Reis Figueiredo faz acusações ao diretor, afirmando que, por fiscalizar o grupo com energia e comunicar as falhas encontradas, “já havia prevenção contra mim”. O inspetor deixa evidente a indignação com o tratamento que lhe fora dirigido, argumentando que o diretor, na condição de tio da professora, estava protegendo parentes. Também afirma que não veio ao grupo para brigar, “mas para ser exemplo vivo de prudência, ordem, sobriedade, humanidade e justiça”. E mais, “eu não confundo a altivez com a grosseria, a independência com a proteção de parentes bem colocados, a coragem com a valentia” (Minas Gerais, 1912a). O inspetor considera que o diretor ofendeu sua dignidade, agiu de forma grosseira e desrespeitou sua posição de autoridade:

Faltou-me, afinal *com a consideração devida*, desacatou-me, tratou-me mal, a mim, que há mais de cinco anos venho exercendo com prudência, sem attritos, o espinhoso cargo de inspetor, no qual sempre procurei tratar com cortezias os professores, com carinho os alumnos, com equidade os empregados e com respeito os superiores [Minas Gerais, 1912a, grifos no original].

Por julgar graves as acusações de irregularidades nos exames e considerar que alguns diretores de grupos estavam “criando asas” e poderiam “dar trabalho” ao secretário do Interior, C. Dayrel Jr solicitou ao inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa para “ouvir a única testemunha da visita e insuspeita – Srn. Urbino Vianna, afim de poder o secretário agir com segurança e justiça” (Minas Gerais, 1912b).

Em atendimento à solicitação, como testemunha do incidente, Urbino Vianna apresenta sua versão dos fatos. Em longo relato posiciona-se em favor do diretor do grupo, considera que o inspetor regional fez alarde desnecessário, sendo que “o mal-entendido (se assim posso classificar-o) é muito maior no exterior, que realmente foi lá dentro”. Considera, ainda, que o inspetor havia se irritado por se ver questionado, não havendo,

contudo, motivos para considerar-se ofendido em sua autoridade. Ao contrário, nas palavras de Urbino Vianna:

Se houvesse razão de melindres, se houvesse desacato, eu, testemunha presencial, que tive a infelicidade de lá estar, chamado a dizer qual o offendido, diria com a verdade: “o que não se procurou acatar, o que se melindrou, foi a autoridade moral do Diretor do Grupo, pretendendo ferir a disciplina [sic] interna, diante de meninos e meninas, que precisavam ver na pessoa do seu Director, uma pessoa a que se deve respeito, e não um inferior a que se corrija com admoestações ásperas” [Minas Gerais, 1913c].

Ouvidos os envolvidos, o inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa posiciona-se sobre os fatos, relativizando a gravidade das ocorrências e acusações. Inicialmente, esclarece que, em virtude da coincidência dos exames finais do grupo escolar com suas atribuições de promotor público na 4ª Sessão do Júri da Comarca, não pôde presidir a aplicação das provas, delegando a atividade ao inspetor regional Polydoro dos Reis Figueiredo. O inspetor municipal esclarece que “o incidente originou-se de uma discussão relativa ao modo de se darem as notas nos exames, isto é, opinava o Regional que a nota era única final e o diretor do Grupo entendia que deveria haver uma nota para cada matéria”. Em outras palavras, o inspetor considera que se produziu uma “tempestade em copo d’água”, uma vez que “o diretor do grupo entendeu que podia discutir com o Regional sobre a questão das notas; o Regional entendeu que, com essa discussão, havia desrespeito à sua autoridade” (Minas Gerais, 1913d).

Para encaminhamento do problema, em 14 de janeiro de 1913, C. Dayrel Jr. solicita nomeação de comissão para examinar as provas dos alunos do 4º ano, que haviam sido encaminhadas à Secretaria do Interior pelo diretor do grupo, em atendimento à solicitação datada de 18 de dezembro de 1912 (Minas Gerais, 1912c; 1913e). O parecer conclusivo emitido pela comissão nomeada para avaliação das provas não foi localizado no acervo de documentos do Arquivo Público Mineiro. Contudo, pensamos que a comissão tenha considerado que o inspetor regional Polydoro dos Reis Figueiredo tenha se excedido em seus posi-

cionamentos e acusações, sendo transferido para a circunscrição regional de Grão Mogol, Minas Gerais, município localizado a cerca de 100km de Montes Claros.

Considerações finais

Neste artigo, utilizando conceitos de Certeau (1998), procuramos demonstrar que os sujeitos não estão entregues à acomodação e passividade em suas relações cotidianas. Os sujeitos inventaram formas para driblar as regras e preservar seu espaço de trabalho, não se submetendo às hierarquias e produzindo relações de resistência.

Nos dois casos que apresentamos, os sujeitos sentiam-se ameaçados e utilizaram-se de estratégias e táticas para garantirem o seu lugar. Para a professora Christina Vitalina, que na hierarquia das relações de poder se encontrava em posição subalterna, a resistência e a luta constituíram processos de defesa contra a desqualificação de seu trabalho pelo inspetor. Ao escrever para o secretário do interior, a professora procura mostrar o seu próprio valor, apoiando-se nos índices de matrícula e frequência da escola, na credibilidade com os pais dos alunos, no longo tempo de experiência profissional, também demonstrando seu conhecimento e utilizando-se dele para legitimar seu lugar e definir o “poder do saber” (Certeau, 1998). Contudo, ao tentar desqualificar seu oponente e avaliador, a professora desconsidera que a autoridade e o poder do inspetor também foram construídos por sua credibilidade, estando alicerçados em sua trajetória, em seu trabalho e no conhecimento do qual era detentor.

Para o diretor do grupo, a resistência esteve inscrita na atitude de questionamento, insubmissão aos posicionamentos do inspetor regional e na exigência de que as notas dos alunos fossem emitidas após a realização dos exames. Para o inspetor técnico regional Polydoro dos Reis Figueiredo, que representava a autoridade, mas que fora questionado pelo diretor do grupo, a ameaça também estava presente. Vale lembrar que o inspetor desempenhava a função de inspeção há pouco mais de

um ano, desde 1911, e, por isso, precisava demonstrar e fazer valer sua competência profissional, não apenas no âmbito local, mas diante da Secretaria do Interior, que esperava rigor nos exames. Por um movimento estratégico de defesa, diante de fatos que considerou desrespeitosos à sua autoridade, o inspetor procurou demonstrar a seriedade de seus posicionamentos, também alegou ter sido ofendido em sua dignidade e fez acusações ao diretor.

Nos dois episódios discutidos neste artigo, os sujeitos resistem e o movimento de resistência produziu efeitos que contribuíram para legitimar o lugar social do mais “fraco”. No primeiro caso, para a professora Christina Vitalina, não se posicionar diante da avaliação negativa do inspetor significaria aceitar a desqualificação de seu trabalho. Por isso, a professora utilizou-se de estratégias e táticas que visavam legitimar sua atuação e garantir a manutenção da escola isolada da qual era responsável. E conseguiu seu intento. A Secretaria do Interior manteve o quadro sem alterações – a professora permaneceu na função docente e a escola isolada não foi desativada, permanecendo em funcionamento ainda por vários anos. Vale destacar que, na década seguinte, com a reativação da Escola Normal de Montes Claros, a referida escola isolada passou a funcionar como uma de suas classes anexas, servindo às aulas práticas das normalistas em formação.

Contudo, o episódio não produziu efeitos negativos para Herculino Pereira de Sousa, que permaneceu exercendo as funções de inspeção e fiscalização, também gozando de prestígio junto ao governo de Minas. Posteriormente ao episódio que discutimos nesse artigo, em sua atividade profissional, o inspetor exerceu a função de jornalista no jornal *Montes Claros* entre os anos de 1916 a 1918, onde se ocupou dos problemas da educação, discutindo a questão na coluna “Horas Vagas”, da qual era responsável. Também escreveu o hino da Escola Normal de Montes Claros, onde exerceu as funções de vice-diretor e professor de francês entre os 1915 e 1918.

No segundo caso discutido, em que o posicionamento do inspetor regional é questionado pelo diretor do grupo escolar, a Secretaria do

Interior assumiu medidas para dirimir a contenda – solicitou esclarecimentos ao inspetor municipal; indicou que fosse ouvida a testemunha que considerou isenta; recolheu as provas dos alunos do 4º ano, que foram analisadas por comissão instituída em Belo Horizonte. Após as averiguações, Carlos Catão Prates foi mantido na direção do Grupo, cargo do qual se afastou somente em maio de 1920, quando se aposentou após 35 anos de exercício profissional. Para o inspetor regional Polydoro dos Reis Figueiredo, que naquela situação representava a maior autoridade instituída, o episódio produziu sua imediata transferência para a circunscrição regional de Grão Mogol. Ou seja, há nessa atitude do governo uma espécie de punição, sendo que o inspetor somente retorna às funções em Montes Claros anos mais tarde, chegando a assumir a direção do grupo, após a aposentadoria de Carlos Catão Prates.

Enfim, a análise de fatos históricos que tiveram lugar em Montes Claros é reveladora de facetas da realidade educacional montes-clarense. Contudo, os fatos que apresentamos e discutimos não são meras ocorrências locais, pois refletem o contexto mais amplo, dialogando com processos educativos vivenciados pelas escolas da capital mineira. Aparentemente isoladas, as ocorrências locais sinalizam desafios e conflitos que marcaram as relações entre professoras, diretores e inspetores escolares. Também sinalizam as dificuldades que os grupos escolares, mesmo produzidos como símbolo da modernidade e dos ideais republicanos, enfrentaram na definição de um lugar próprio no processo de instrução e educação da infância.

As ocorrências revelam representações do bom ensino – aquele que favorece a aprendizagem dos conteúdos curriculares e apresenta rigor no processo de exames e aprovação de alunos. Também permitem perceber representações da boa professora – aquela que sabe ensinar os conteúdos previstos, mas também é capaz de garantir a matrícula e a frequência dos alunos, manter a ordem e a disciplina no ambiente escolar.

Fontes documentais

ALMEIDA, Filocelina C. M. Interpretação da Escola Ativa. *Revista do Ensino: Órgão Oficial da Inspeção da Instrução*, Belo Horizonte, n. 92. 15 jul. APM. 1933.

GAZETA DO NORTE. Caixas escolares, CPDOC/Unimontes, ano VI, n. 274. 20 de out. 1923.

MINAS GERAIS, SI 872. Inspeção da Instrução Pública da Província de Minas. Relatório de inspeção. Secretaria do Interior, APM, 1890.

_____. SI 3440. Correspondência do inspetor regional Polydoro dos Reis Figueiredo ao secretário do Interior. APM, 1912a.

_____. SI 3440. Correspondência de C. Dayrel JR. da Secretaria do Interior ao inspetor municipal Herculino Pereira de Souza. APM, 1912b.

_____. SI 3440. Correspondência de Carlos Catão Prates, diretor do Grupo Escolar de Montes Claros, para Secretaria do Interior. APM, 1912c.

_____. SI 3440. Correspondência de Christina Vitalina Santos ao secretário do Interior. APM, 1913a.

_____. Correspondência do secretário do Interior ao diretor do Grupo Escolar de Montes Claros. APM, 1913b.

_____. SI 3440. Correspondência de Urbino Vianna ao inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa. APM, 1913c.

_____. SI 3440. Correspondência do inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa ao secretário do Interior. APM, 1913d.

_____. SI 3440. Correspondência de Carlos Dayrel Jr. Da Secretaria do Interior nomeando comissão avaliadora de exames. APM, 1913e.

_____. SI 3473 – 6. seção. Inspectores municipais. Relatório do inspetor municipal Herculino Pereira de Sousa ao secretário do Interior. APM, 1914.

Referências bibliográficas

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, v. 1, 1998.

CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Berthand do Brasil, 1990.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; GONÇALVES, Irlen Antonio. O processo de escolarização e obrigatoriedade escolar; o caso de Minas Gerais (1835-1911). In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo: Editora da UPF, 2000.

LE GOFF, Jacques. *Memória-História/Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*, v. 1. Montes Claros: Unimontes Editora, 1957 (coleção Sesquicentenária).

VARELA, Julia. Categorias espaço temporais e socialização escolar: do individualismo ao narcisismo. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). *Escola básica na virada do século*. São Paulo: Cortez, 1996.

VELOSO, Geisa Magela. A missão “desanalfabetizadora” do jornal *Gazeta do Norte*, em Montes Claros, 1918-1938. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

Endereço para correspondência:

Geisa Magela Veloso

Rua Prof. João Câmara, n. 651, Morada do Parque

Montes Claros – MG

CEP 39401-351

E-mail: velosogeisa@gmail.com

Recebido em: 28 abr. 2009

Aprovado em: 8 abr. 2010